



O PAPEL DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

As formas de organização do ensino superior é que dão o recorte principal da estrutura e das atividades de uma instituição de ensino superior (IES): as universidades, os centros universitários, as faculdades integradas, as faculdades isoladas e as escolas compõem as espécies desta fauna muito especial. Dentro da cada espécie, muitas formas de adaptação ao mundo e ao mercado do ensino superior.

A universidade, como centro de integração entre as diferentes áreas do conhecimento, transmitindo, gerando e associando os conhecimentos de maneira indissociável, é o modelo que traduz a idéia de que o meio cultural é um fator importante na educação superior, indo além do estudo de matérias profissionais específicas.

A interdisciplinaridade típica da universidade exige a convivência num campus onde estas diferentes atividades / áreas convivam e se integrem, complementando a formação do indivíduo por meio de estímulos variados, exercidos sobre os inúmeros potenciais e interesse do ser humano: intelectuais, sociais, afetivos, esportivos, artísticos, etc.

Para o modelo de universidade, como é concebido na Constituição Brasileira e pela LDB, a existência de um campus único, amplo e integrador, é indispensável.

No entanto, o campus tem sua eficácia diretamente proporcional ao regime de trabalho de alunos e professores, daí a exigência legal de professores em tempo integral, a existência das atividades de pesquisa e extensão e a integração do conhecimento.

A universidade, como entendida no Brasil, é o que se denomina no exterior como universidade de pesquisa, embora possa ter graus diferentes de qualidade e intensidade. Não há muitas opções de modelo, ou de exploração de diferenciais competitivos. Elas se valorizam pela produção científica, pela



formação de líderes para a sociedade e pela postura crítica. Seus programas de mestrado e doutorado são intensos, competindo em número de estudantes com a graduação. Como ambiente, tentam fazer com que o período em que os estudantes passam em seus campi sejam os melhores de suas vidas – como diferencial competitivo.

Entretanto, no Brasil, a realidade foi mais forte do que a ideologia: as universidades privadas, inicialmente de origem confessional e, mais adiante, sem fins lucrativos, mantiveram-se como tal depois da constituição de 1988 e da LDB, mas elas não realizavam, em geral, pesquisa ou extensão intensamente – na verdade, quase nenhuma.

No entanto, mantiveram-se como universidade, criando um modelo intermediário. As baixas mensalidades praticadas no Brasil, a falta de experiência e competência para captar recursos externos, para viabilizar a extensão e a pesquisa intensas, faziam com que no setor privado o modelo da universidade de pesquisa não pudesse ser viabilizado.

Com o tempo, implantaram a pesquisa moderadamente e ampliaram as atividades de extensão, passando a se identificar com as instituições de ensino superior denominadas universidades com pós-graduação, isto é, universidades que não são de pesquisa, mas que não se limitam somente ao ensino, criando áreas limitadas onde a pesquisa, a pós-graduação *stricto sensu* e a extensão são realizadas.

No entanto, estas universidades, para se identificarem com alguns atributos que compõem o conceito de universidade, ainda que não pratiquem intensamente a pesquisa e a extensão, devem privilegiar a integração dos conhecimentos, a convivência entre as diferentes áreas, contar com um campus onde o imaginário de universidade possa, na medida do possível, realizar-se.

Estas instituições constituem a maioria das universidades privadas brasileiras, que detêm a maioria das matrículas dos estudantes de nível superior, têm mais prestígios que as demais formas de organização do sistema de ensino superior privado, mas se debatem com problemas de custeio de suas



diferentes atividades e com a competição das instituições não-universitárias, sejam as altamente qualificadas, ou as de mensalidades muito baixas.

As faculdades, por outro lado, têm propósitos diferentes, tendo surgido da necessidade de formação profissional específica. Sendo, geralmente, instituições menores e mais focadas em áreas afins do conhecimento, procuram atuar em duas grandes vertentes: diferenciar-se pela especialização de alta qualidade, ou atender a demandas de profissionalização rápida e de baixo custo, uma vez que não têm necessidade de atuar na área de pesquisa, que oneram os custos acadêmicos.

Se o primeiro modelo está se multiplicando, principalmente nos grandes centros urbanos da região sudeste, o modelo de baixo custo, com atendimento de massa, está fortemente ameaçado pela concorrência do ensino a distância e dos cursos tecnológicos, mais curtos, baratos e objetivos.

As faculdades, por terem a característica de verticalização profissional, não exigem a convivência dos diferentes setores acadêmicos, podendo pulverizar-se em diferentes prédios localizados fora de um campus central.

No caso das faculdades que querem diferenciar-se pela qualidade, além de professores em tempo integral e alguma pesquisa, buscam situar-se em prédios confortáveis e adaptados às suas funções e têm como critérios o orgulho do aluno, a convivência com colegas das classes A/B, sucesso nos exames nacionais e preparação para o mundo globalizado.

Já as faculdades de massa, onde o custo é um dos seus diferenciais, a procura é por prédios de baixo custo, com um conforto discutível, pouca área para estudo e lazer, bibliotecas limitadas ao essencial - tudo para não onerar as mensalidades. Neste caso, a escolha é por professores horistas, por abdicarem da pesquisa, por manterem cursos noturnos para atender às classes C/D/E. Atendem, também, ao profissional maduro, que já está no mercado de trabalho e que não tem muito tempo para frequentar uma universidade, ou de estudar.



Têm como critério a recuperação parcial do aluno, transformando-o em um profissional aceitável pelo mercado, não têm a ambição de possuir estudantes com grande destaque em exames nacionais, ou na área profissional, uma vez que o perfil do aluno e a estrutura institucional não conduzem a uma expectativa de bons resultados.

Após a Constituição de 1988, que definiu a autonomia universitária (portanto válida somente para este tipo de organização do ensino superior), a LDB regulou as exigências mínimas para que uma instituição de ensino superior pudesse vir a ser chamada de universidade e, em decorrência, gozar de autonomia para criar e extinguir cursos, ampliar e reduzir vagas, etc.

A autonomia, no período de crescimento do número de instituições de ensino superior e, portanto, da concorrência no setor, passou a ser um componente estratégico essencial, pela agilidade que representava. Por esta razão, muitas faculdades pleitearam, nos meados da década de 90, transformarem-se em universidades. No entanto, não tinham as credenciais mínimas para isso e, como solução política, foi criada a figura do centro universitário, que gozava de autonomia semelhante às universidades, mas não tinha a exigência da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. No entanto, deveria ser exemplar no ensino e realizar amplas atividades de extensão.

Estas organizações, ainda sem tradição no País e mal compreendidas pela sociedade e pelo próprio governo, veio preencher uma lacuna de formação existente no Brasil e que é oferecida no exterior pelo que se conhece como universidade de ensino. São instituições de massa, voltadas às formações em diferentes áreas do saber, não necessariamente integradas, embora a integração possa representar vantagens administrativas significativas, com população de alunos elevada, bastante relação teoria e prática, programas de extensão e pesquisa bastante restrita. No máximo, implantam alguns programas de mestrado, acadêmico ou profissional.



Como sua origem é normalmente a faculdade, seus campi tendem a ser fragmentados. É uma posição híbrida, uma vez que a presença de muitas áreas do conhecimento tende a aumentar seus custos, a dispersão geográfica agrava este fenômeno, uma vez que há pulverização de atividades de atendimento, pouca integração na escolha e aproveitamento de docentes, dificuldades para unir turmas em disciplinas de conteúdo comum, etc.

Para lidar com os custos, os centros universitários tendem a seguir os princípios das faculdades de massa, recrutando professores horistas, sem titulação, manter cursos noturnos e pouca qualidade no que diz respeito ao conforto e serviços prestados aos estudantes. Custo e localização geográfica são os diferenciais também da maioria dos centros universitários que não pretendem preparar-se para atingir o patamar de universidade.

No entanto, disputam com vários e perigosos adversários: o governo, que tolera, mas não compreende e não aceita bem a figura do centro universitário; as faculdades e os cursos tecnológicos de baixo custo, que atendem à mesma população; o ensino a distância, que vai atender a faixas de estudantes mais maduros e já no mercado de trabalho; os custos mais elevados, pela falta de ganhos de escala, pulverização de serviços e de pessoal; resultados acadêmicos sofríveis, pouco conforto a seus usuários; falta de vivência e socialização dos alunos, dificuldade, por isso, de atraí-los para pós-graduação *lato sensu*, onde estas instituições deveriam atuar fortemente e captar recursos para manter suas mensalidades competitivas.

Seguindo esse raciocínio, é possível apontar caminhos distintos para os diferentes tipos de instituições universitárias:

- As universidades devem seguir os preceitos da LDB, ter um campus integrado, manter atividades durante todos os períodos, buscar a excelência acadêmica e a integração do estudante, reduzir custos por meio de ganhos de escala e planejamento.
- Os centros universitários devem decidir se pretendem se mobilizar para a transformação em universidade, ou se permanecem como centros universitários, atuando em várias áreas, com dificuldades de manter custos



baixos, ameaçados pelas faculdades, pelo ensino a distância, pelas universidades e pelo ensino tecnológico. Os centros universitários estão em uma posição de instabilidade, podendo se transformar, segundo a característica de cada um, para universidade, faculdade ou mesmo centro tecnológico.

- As faculdades de primeira linha têm um claro caminho a percorrer: deverão enfrentar as universidades concorrendo em custos e qualidade.
- As faculdades de massa enfrentam problemas semelhantes aos centros universitários, mas têm a vantagem de ter um foco mais definido, menos expectativa por parte dos alunos, embora, como desvantagem, tenham o pequeno porte que as torna mais frágeis que os centros universitários.

Maio / 2007